

Desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina: Algumas hipóteses para a discussão*

Laís Abramo**
OIT, Chile

1. A Sociologia do Trabalho na América Latina: uma sociologia “militante”

A trajetória da Sociologia do Trabalho na América Latina sempre esteve muito marcada pela situação política da região. Em um determinado sentido, sempre foi uma *disciplina militante*. Militante não no sentido partidário, ou de uma identificação totalizante com um determinado ator social (como poderia haver ocorrido, por exemplo com o sindicalismo, ou com uma perspectiva gerencial) ou com uma teoria específica. Mas no sentido de haver estado sempre, muito relacionada, muito em compasso, com os temas que marcaram, em cada período, os embates e desafios colocados pelos atores sociais e políticos no plano geral da sociedade.

É nesse sentido que considero que, e conforme argumentado em trabalhos anteriores (Abramo e Montero, 1995; Abramo, 1996; Abramo, 1998), é possível identificar, em cada uma das grandes etapas de desenvolvimento de nossa disciplina, uma *pergunta central*, que sobredeterminava a pesquisa empírica e a reflexão teórica.

Essas tres etapas seriam as seguintes: a primeira deles vai do surgimento da Sociologia do Trabalho latino-americana (anos 50) até o final dos 60, quando o tema principal, que sobredeterminava a discussão, era o da **modernização**, entendida como a passagem de uma sociedade agrária e tradicional a uma sociedade urbana e industrial, e o que se tratava de discutir eram as condições de emergência de uma classe trabalhadora “adequada” a esse processo de modernização. A segunda se desenvolve de meados dos anos 70 até fins dos 80, quando o central passa a ser a polaridade **democracia vs. ditadura** e o que se discute fundamentalmente são as possibilidades de reconstrução de uma classe trabalhadora e de um movimento sindical desorganizados e fragmentados pelos regimes militares. O terceiro inicia-se no final dos anos 80, quando o que passa a estar no centro da discussão é a crise do taylorismo fordismo e o surgimento dos “novos modelos de empresa”, os processos de **ajuste** estrutural e de **globalização** da economia a escala internacional e seus impactos sobre as situações de trabalho. Essa trajetória está marcada por um movimento teórico e metodológico complexo, no qual vão se transformando ou superpondo-se distintos níveis de análise e diferentes diálogos multidisciplinares. Em grandes linhas podemos dizer que, na primeira etapa, predominava uma sociologia em grande parte subordinada à economia do desenvolvimento, que, por sua vez, estava marcada por fortes elementos de um determinismo estruturalista. Na segunda etapa ocorre uma recuperação da perspectiva do sujeito, e a Sociologia do Trabalho dialoga *com* e se nutre *da* história, da ciência política e da sociologia dos movimentos sociais. Na terceira etapa, se por um lado se verifica uma tendência a aprofundar o movimento iniciado na fase anterior em direção ao exame dos processos de trabalho e ao diálogo com disciplinas tão díspares como a Antropologia e a Engenharia Industrial, se fortalece também outra vertente, na qual a tendência é a metamorfose da Sociologia do Trabalho em uma “sociologia do *management*” e, outra vez, sua subordinação à economia e a desapareção dos sujeitos.

A *pergunta central* que considero haver marcado cada um desses tres períodos provinha, portanto, menos de um movimento próprio de evolução da disciplina e, muito mais, da sua capacidade de perceber

e dar corpo a uma questão que era social e politicamente relevante. Em outras palavras: a construção dessa pergunta, ou tema central, ainda que, evidentemente, obedecesse a um debate teórico, conceitual e metodológico desenvolvido no interior da disciplina e nos seus “arredores”¹, sempre esteve fortemente relacionada aos processos sociais básicos vividos em cada momento histórico, ou seja, às questões que estavam, em cada um desses momentos, postas na ordem do dia, tensionando a sociedade e os atores políticos e sociais que a constituíam.

O caráter “militante” da Sociologia do Trabalho latino-americana não impediu, no entanto, a sua constituição enquanto uma disciplina científica, institucionalizada academicamente e com uma significativa produção teórica e empírica. Pelo contrário, me atrevo a levantar a hipótese de que esse caráter “militante” foi uma das chaves para que a disciplina tenha sido capaz de desenvolver formulações teóricas próprias e uma experiência de pesquisa sólida e criativa, com um importante grau de autonomia, apesar de haver estado, em cada um dos diferentes períodos acima assinalados, fortemente permeada pelo debate teórico internacional.

2. Os desafios dos anos 90

Um dos grandes paradoxos da Sociologia do Trabalho latino-americana nos anos 90 é o significativo florescimento da sua produção justamente no momento em que uma forte crise se abate sobre o mundo trabalho e em que muitos preconizam “o fim do trabalho”, e, em consequência, da classe trabalhadora e de sua capacidade de intervenção na sociedade. Questiona-se a atualidade do trabalho enquanto instância basicamente constitutiva da sociedade moderna (assim como da identidade dos indivíduos e grupos sociais que lhe são característicos), e, portanto, a sua permanência enquanto um conceito sociológico chave para a compreensão dessa sociedade e dessas identidades²

Na tentativa de explicar essa aparente contradição, levantamos a hipótese de que esta seria, uma vez mais, uma expressão do caráter “militante” da Sociologia do Trabalho latino-americana: é como se, frente à gravidade da situação que afeta o mundo do trabalho e os atores históricos que em torno a ele se constituíram, se delineassem duas tendências diferentes (e quase opostas), tensionando esses mesmos atores, a sociedade e, em particular, a disciplina.

Uma dessas tendências poderia ser caracterizada como a da desaparecimento do tema, ou seja, a tendência à desaparecimento do trabalho enquanto problema e dos trabalhadores enquanto sujeitos históricos relevantes no imaginário acadêmico e político de nossos países. Em particular, o obscurecimento do trabalho e dos trabalhadores na discussão sobre os novos modelos produtivos, o que, por sua vez, significa a negação das possibilidades de constituição de práticas coletivas socialmente significativas relacionadas à negociação e ao estabelecimento de (novas) formas de regulação do trabalho nesse contexto. Nesse sentido, trata-se também, uma vez mais, de um tema essencialmente político.

A outra tendência se expressa na mobilização de um enorme esforço intelectual (e político) com o objetivo de, justamente, (tornar a) *visibilizar* o que corre o risco de ser obscurecido e *resgatar* as possibilidades que estão sendo negadas. *Visibilizar*, em primeiro lugar, as múltiplas e heterogêneas realidades do trabalho que se redefinem no contexto da reestruturação produtiva. Longe de estar desaparecendo, o trabalho parece estar expandindo-se, continuando a ser a forma principal de integração à sociedade da grande maioria da população mundial (ou, a sua falta, a causa principal das variadas formas e mecanismos de exclusão vividos por amplos setores dessa mesma sociedade). *Resgatar* as possibilidades de constituição de sujeitos coletivos e práticas sociais relevantes, em especial aquelas referidas às possibilidades de constituição de formas negociadas de regulação das realidades do trabalho nesse novo contexto.

É essa segunda tendência que se expressa na preocupação renovada com o estudo do que ocorre com o trabalho e os trabalhadores na América Latina, frente ao processo de globalização e transformação produtiva, no interior das empresas, ao longo das cadeias produtivas, no conjunto do mercado de trabalho, nos sindicatos (para citar apenas algumas das dimensões que vem sendo consideradas). Expressa-se também na tentativa sistemática de entender e discutir os avanços e dificuldades, limitações e possibilidades da disciplina nesse contexto.

3. A necessidade de reafirmar uma perspectiva propriamente sociológica nos debates em curso

É previsível que, durante bastante tempo, a discussão sobre o mundo do trabalho continue estando sobredeterminada pelo tema da globalização da economia, pelos ajustes a nível macroeconômico, e suas derivações: as políticas de inserção competitiva das economias nacionais nos mercados internacionais, a reestruturação produtiva, as estratégias de busca de uma maior eficiência e produtividade a nível das empresas. A tendência principal, no mundo acadêmico e no discurso político dominante é, nesse contexto, aquela (a que já fizemos referência) que conduz a um obscurecimento do trabalho e dos trabalhadores enquanto problemas teóricos relevantes, assim como campo e sujeitos possíveis de estabelecimento de práticas sociais significativas (em particular no que se refere aos rumos e características do processo de reestruturação produtiva), configurando, portanto, um novo determinismo, de caráter técnico-econômico, e uma nova tendência à desaparecimento dos sujeitos da discussão e da análise sociológica.

Por outro lado, é impossível para a Sociologia do Trabalho furta-se a esse debate, eludir os temas e questões que nele estão colocados. Isso significaria necessariamente uma derrota ou subordinação da sociologia frente a outras abordagens disciplinares (em especial a economia, a engenharia de produção, a administração de empresas, as teorias do *management*) na medida em que seria muito difícil (quase impossível) introduzir no debate de maneira relevante (e não marginal) as questões e preocupações clássicas da disciplina? Penso que não. Desde que sejamos capazes, justamente, de enfrentar o desafio de *reafirmar uma perspectiva propriamente sociológica nos estudos sobre esses processos*; ou seja, desde que sejamos capazes de redescobrir a pergunta (ou as perguntas) sociológica(s) fundamental(is), que possam conduzir a (ou reafirmar os) aspectos propriamente sociológicos no debate em curso.

Dois pontos poderiam ser questionados nessa argumentação: em primeiro lugar, por que seria importante reafirmar uma perspectiva propriamente sociológica, já que, nos últimos anos, vimos afirmando e reafirmando a importância da multidisciplinariedade para a análise das realidades cada vez mais complexas do mundo do trabalho? Em segundo lugar, no que consistiria essa “perspectiva propriamente sociológica”?

Tentando responder a primeira pergunta: a (cada vez mais) necessária multidisciplinariedade não significa a “dissolução” das diferentes disciplinas em um amálgama de conceitos e métodos que só tende a produzir confusão,³ quando não a subordinação de umas perspectivas disciplinares a outras.

Tentando responder a segunda pergunta: reafirmar uma perspectiva propriamente sociológica nos estudos sobre os novos paradigmas e os processos de reestruturação produtiva significa não perder de vista que o estudo sociológico sobre o trabalho e os trabalhadores tem, como objetivo fundamental, além de desvendar as realidades do mundo da produção, elucidar os processos de produção e reprodução da própria sociedade. Foi por considerar que o “trabalho é o fato social principal” (Offe, 1989), ou o *locus* principal de constituição das relações sociais definidas no seu sentido mais amplo, e, nesse sentido, da dinâmica fundamental da sociedade moderna (capitalista), que os clássicos de nossa disciplina se dedicaram com tanto empenho à análise do trabalho, e que este passou a ser considerado *uma categoria sociológica chave para entender não apenas o mundo da produção, como também a própria sociedade*.

Reafirmar essa perspectiva sociológica significa também descobrir e visibilizar as *relações sociais* que estão configurando-se e reconfigurando-se, estruturando-se e desestruturando-se em torno e a partir desses processos. O que, por sua vez, supõe recuperar na análise o tema dos sujeitos (ou *atores sociais*) que, em sua complexidade e diversidade, estão, ao mesmo tempo, *sendo produzidos por e produzindo* essas relações sociais, e, portanto, a configuração concreta (e também diversificada) das realidades da produção e do trabalho (e dos modelos de reestruturação produtiva), em cada país, setor, território ou empresa.

A preocupação por rejeitar o determinismo tecnológico e/ou economicista, e, por conseguinte, por *encontrar os sujeitos* dos processos de modernização tecnológica e produtiva, entendendo as configurações concretas desses processos como resultado *também* das ações e práticas coletivas desses sujeitos esteve presente em vários dos estudos realizados no período inicial da 3ª etapa de desenvolvimento da Sociologia do Trabalho latino-americana a qual fizemos referência. Essa

preocupação se expressava, por exemplo, nos estudos sobre os impactos sociais (fundamentalmente sobre o emprego e o trabalho) da introdução das novas tecnologias de base micro-eletrônica, assim como naqueles que se centravam na análise das estratégias empresariais e sindicais frente ao processo de modernização (em especial naquilo que chamamos da “resistência” dos trabalhadores ao processo de automatização).

Esses estudos tiveram (e continuam tendo) grande importância. Mas cabe a pergunta: até que ponto não passaram a padecer de um certo “tecnicismo”? Até que ponto a necessidade de legitimar-se enquanto interlocutor frente à economia, à engenharia de produção ou à administração de empresas, não levou a que, muitas vezes, se perdesse de vista o enfoque propriamente sociológico da discussão, ou seja, as perguntas propriamente sociológicas, que pudessem conduzir a resultados substantivos de pesquisa que também tivessem esse caráter?

A partir daqui pretendo analisar alguns dos movimentos da disciplina nos anos 90, tentando pensar seus avanços, limitações e desafios. Nesse sentido, talvez seja necessário dizer, em primeiro lugar, que não há um movimento único, não há uma tendência única. Há movimentos em sentidos diferentes, que podem estar refletindo justamente um (criativo e multifacetado) esforço de busca de novos temas, novos caminhos, novas metodologias, novas respostas. Mais ainda: o próprio crescimento quantitativo dos estudos sobre o trabalho na região⁴ e a ampliação dos seus temas dificulta identificar, nesse conjunto, uma única via ou única tendência, ou ainda uma tendência (teórica, metodológica, empírica) dominante.

Essa situação talvez seja um reflexo do que diz Bagnasco (1999:139) no seu instigante artigo (e com um título muito sugestivo: “Da Sociologia do Trabalho à sociedade”), de que “este não é o momento para grandes sínteses”. Segundo este autor, a crise do fordismo e o aprofundamento do processo de globalização vem provocando um forte e veloz aumento da diferenciação no mundo do trabalho (especialmente em relação às dimensões da divisão do trabalho) que não apenas trás maiores dificuldades para a análise, como conduz a novas formas de estratificação social que ainda não podem ser percebidas com clareza. Devido a isso, esse seria justamente o *momento da análise* (no sentido mais literal do termo) ou seja, o momento de aprimorar a capacidade de distinguir aspectos diversos e parciais da situação, cuja combinação e cujos êxitos poderão ser percebidos com maior clareza apenas a longo prazo.

Pode ser. Mas isso nos deixa frente a um problema: o que significa para a Sociologia do Trabalho não poder dispor de nenhuma síntese, ou pelo menos de sínteses parciais e provisórias,⁵ em um momento em que a sociedade está cortada (tensionada) por uma disputa de discursos sobre o mundo do trabalho e, principalmente, por uma disputa de discursos sobre os efeitos e exigências do processo de globalização e das novas formas de competitividade e, em particular, sobre a possibilidade da presença social e políticas dos trabalhadores nesse contexto? O que isso pode significar nesse processo de disputa, seja com o sentido comum, seja com os discursos politicamente dominantes, seja com outras abordagens disciplinares, como por exemplo a economia neo-clássica, ou as teorias do *management*, essas sim com grande vocação hegemônica?

Uma vez mais, isso pode significar, justamente, o obscurecimento da discussão sobre que tipo de sociedade está sendo constituída a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho (que tipo de sociabilidade está sendo gestada, que novas segmentações, que novas exclusões...) e que tipo de relações sociais estão sustentando/sendo produzidas por esses novos arranjos produtivos.

Esses temas não dizem respeito (apenas) a uma curiosidade teórica e conceitual. Mais que isso, o equacionamento desses problemas é um elemento chave para pensar quais são os atores e sujeitos coletivos que estão surgindo/podem surgir desses processos e que capacidade de interlocução e negociação social eles tem ou podem vir a ter.

4. Trabalho e sociedade: uma complexa relação

Para discutir o tema das relações entre o trabalho e a sociedade, ou entre o tipo de sociedade que está sendo produzido pelos novos arranjos produtivos, pode ser inspirador voltar aos “pioneiros” da sociologia do Trabalho latino-americana. Na primeira fase da sua trajetória, como já havíamos assinalado, a forte influência da temática da modernização e da Sociologia e da Economia do Desenvolvimento e, em especial, das análises de corte estruturalista dominantes nesse período nessas disciplinas, levou a que a caracterização da classe trabalhadora, em especial no que se refere à sua capacidade de organização e ação coletiva, se fizesse a partir, basicamente, das características estruturais das sociedades (e particularmente dos processos de industrialização) que as “produziam”. Tal como discutido por Paoli, Sader e Telles (1984) e Paoli e Sader (1986), essa perspectiva analítica foi responsável pela produção de uma *imagem de classe* caracterizada principalmente pelas suas ausências, carências e debilidades, construída em geral a partir de um procedimento de comparação com o paradigma de constituição da classe trabalhadora e do sindicalismo “típico” dos países centrais.

Entretanto, entre as virtudes desses primeiros estudos sociológicos sobre o trabalho destacam-se duas. Em primeiro lugar o fato de que eles estavam fortemente relacionados ao tema da *mudança social*, devido fundamentalmente a essa mesma interlocução com a discussão realizada no âmbito da Sociologia e da Economia Política do Desenvolvimento. Apesar dessa noção de mudança social estar fortemente associada a uma idéia da modernização e da industrialização como a via de transição de uma sociedade rural-tradicional a uma sociedade urbana-industrial (ou de *progresso*, como diria Touraine, 1999), essas noções tinham, na época, um sentido muito mais socialmente inclusivo do que as concepções atuais da modernização, tanto no âmbito acadêmico como político. Tanto na Sociologia como na Economia Política do Desenvolvimento produzidas na América Latina nessa época, a idéia de industrialização estava relacionada à construção de um projeto nacional de superação, entre outras coisas, da dependência política e cultural, da pobreza, da marginalidade e da exclusão social.

Em segundo lugar, o fato de que, ao estudar o trabalho e os trabalhadores, nossos “pioneiros” estavam preocupados em entender e explicar não apenas as relações existentes no interior das empresas, ou entre os trabalhadores e os sindicatos, mas também fenômenos sociais mais amplos. Em outras palavras: as perguntas que se faziam sobre o trabalho e os trabalhadores eram, no fundo, perguntas relativas à natureza da sociedade que se estava constituindo (ou transformando). Nesse sentido, e apesar de seus pecados estruturalistas, eram estudos de caráter eminentemente sociológico, porque preocupados em elucidar essas relações. A seleção do objeto (ou área de estudo) se relacionava à consideração do trabalho como um âmbito privilegiado para entender a sociedade, e, em particular o fenômeno mais global da transição.

Isso significa duas coisas (a partir daqui, tomarei como referência particular a produção da Sociologia do Trabalho brasileira). Em primeiro lugar, apesar do privilegiamento de estudos de caráter micro, os autores mais representativos dessa fase originária insistiam em afirmar que as explicações para os fenômenos da conduta, atitudes e orientações dos trabalhadores, que constituíam seus objetos privilegiados de estudo e universos específicos de análise, não poderiam ser encontradas apenas nas características próprias das empresas, entendidas como organização, e nem do grupo específico de trabalhadores estudado. Elas deveriam ser buscadas também, por estar fortemente relacionadas, em fenômenos sociais mais amplos, tais como as características do processo de formação de classe e o padrão mais geral das relações sociais e políticas existentes no seu entorno (como por exemplo as características da ordem patrimonialista no interior do país), etc.

Em segundo lugar, o interesse dos autores não era explicar o trabalho e as relações que em torno a ele se constituíam em si mesmos, mas sim como um requisito fundamental para, a partir disso, explicar fenômenos sociais mais amplos (ou seja, padrões mais gerais de organização social). É justamente essa característica que, no entender desses autores, irá permitir que os resultados de seus estudos, apesar de não generalizáveis para o conjunto da classe trabalhadora, contribuíssem ao entendimento desses fenômenos mais amplos. Contribuíssem para explicar, por exemplo, não apenas o comportamento dos trabalhadores da empresa pesquisada mas, em termos mais gerais, os padrões de comportamento “dos grupos operários de formação recente nas grandes e modernas empresas industriais instaladas nos últimos anos no país” (Rodrigues, 1970), ou, a partir dos casos específicos estudados, elucidar um padrão que

caracterizava “as relações existentes nas indústrias imersas no tradicionalismo de pequenas comunidades existentes por todo o Brasil” (Lopes, 1964).

Outra observação que merece ser feita é que, apesar do esforço de afirmar o tema do trabalho como academicamente relevante, e de constituir a Sociologia do Trabalho como um campo disciplinar específico, esses autores (e ainda aqui a referência é o caso brasileiro) faziam parte de um projeto intelectual mais amplo. Uma “escola sociológica”, com uma correspondência institucional importante (a Faculdade de Filosofia da Universidade de S.Paulo), formada por investigadores que não se dedicavam apenas ao tema do trabalho, como também a uma série de outros, tais como as relações raciais, o comportamento político de empresários e estudantes, os migrantes de origem rural e a formação do Estado. Isso sem dúvida foi importante para situar o tema do trabalho, e as reflexões desenvolvidas por esses autores, no contexto de um debate mais amplo, assim como para realimentar mutuamente essas várias áreas específicas de pesquisa e reflexão (diminuindo, nesse sentido, os problemas de uma excessiva especialização).

5. Do trabalho à empresa: uma nova e mais radical desaparição dos sujeitos?

A crise do mundo do trabalho sem dúvida é profunda. Ainda que este não esteja desaparecendo, está em questão o emprego “duplamente adjetivado como formal e assalariado” (Castillo, 1996). Entre os grandes problemas que isso coloca para a Sociologia do Trabalho, gostaria de destacar dois: a) foi justamente essa forma de trabalho (emprego formal e assalariado) que esteve na origem de toda a institucionalidade referida ao mundo do trabalho construída no decorrer desse século (direito do trabalho, mecanismos de proteção social, formas de representação e organização sindical, possibilidades de negociação coletiva, etc.); b) foi justamente essa forma de trabalho que conformou a imagem de classe trabalhadora que esteve na base da produção sociológica sobre o tema: esses eram os “personagens centrais”, quando não exclusivos, da Sociologia do Trabalho, em especial nos países desenvolvidos.

É importante assinalar que, segundo os dados da OIT, vem ocorrendo, nos últimos 20 anos, uma profunda transformação na estrutura do emprego na América Latina: se somamos o conjunto do emprego formado pelo serviço doméstico, o trabalho por conta própria (excluindo os técnicos e os profissionais) e o emprego gerado pelas micro e pequenas empresas (com no máximo 10 trabalhadores),⁶ esse total, que em 1980 correspondia a 40% do estoque de emprego existente no conjunto da região, hoje atinge 60%. Além disso, dos novos empregos criados a cada ano, 85% se concentravam nesses setores (OIT, 1998).

Os efeitos da “revolução tecnológica” (em especial nos países desenvolvidos) e das mudanças na estrutura do emprego que vem ocorrendo de maneira mais ou menos generalizada a escala mundial (e que na América Latina se expressam, entre outros, nos dados acima apresentados) são alguns dos elementos que estão na base das variadas teses sobre o “fim do trabalho”, que passam a influenciar tanto o debate político como os estudos sobre o trabalho na região a partir de finais dos anos 80.⁷ Um dos efeitos desse processo seria um deslocamento da discussão acadêmica e política *do âmbito do trabalho para o âmbito da empresa*. A empresa, vista como organização (ou, nos termos de Lautier, 1999, como “um corpo coletivo inteiramente voltado para a competitividade”), passaria a ser considerada como o ator fundamental (e praticamente exclusivo) do mundo da produção. Esse deslocamento tenderia a provocar, uma vez mais, um obscurecimento do trabalho enquanto tema, assim como do fato de que o mundo da produção é composto de diferentes atores, com diferentes (e muitas vezes conflitivas) possibilidades de produção de experiências e práticas significativas para a conformação dessas mesmas realidades produtivas. Isso tenderia a provocar uma nova e muito mais radical desaparecimento dos sujeitos (e, em especial, da possibilidade de constituição dos trabalhadores enquanto sujeitos) do que aquela que marcou a produção da primeira etapa da sociologia do trabalho latino-americana.

Com efeito, nessa primeira etapa, o que ocorria não era uma negação da presença dos trabalhadores na sociedade. Justamente, e conforme a análise de Castro e Leite (1994), o que intrigava os nossos “pioneiros” era a presença dessa “classe operária nativa” (no sentido de não ser mais constituída, na sua maioria, por migrantes europeus) e sua crescente e rápida entrada no mundo urbano industrial, assim como os problemas que isso colocava.

A relativa ausência dos sujeitos nessa perspectiva de análise (que se expressava na sua definição pelo negativo) estava referida principalmente à sua suposta incapacidade de desenvolver um projeto, uma organização e formas autônomas de ação coletiva, tendo como referência a trajetória da classe trabalhadora e do sindicalismo nos países centrais. Mas não se negava a importância da presença dos trabalhadores na sociedade, pelo menos em termos “virtuais”, ou seja, de um “vir a ser”, que dependia (conforme a vertente de análise), seja do avanço do processo de industrialização (capaz de constituir por fim a classe trabalhadora “adequada” à transição, ou às características da sociedade urbano-industrial), seja da ação do Estado ou dos partidos (garantindo o êxito do projeto industrializador e/ou organizando e dando sentido à ação operária).

Ou, em outras palavras, e tomando de empréstimo a formulação de Castel (1997): a questão anterior era a de encontrar a maneira pela qual um ator social subordinado e dependente poderia transformar-se em um sujeito pleno. O trabalho do peão ou do operário especializado, explorados sem dúvida, não por isso era menos indispensável. Em outras palavras, continuava ligado ao conjunto dos intercâmbios sociais. Ainda que ocupando o último escalão, formava parte da sociedade, entendida – segundo o modelo de Durkheim – como um conjunto de elementos interdependentes. Disso resultava que sua subordinação poderia ser pensada nos marcos de uma problemática da integração. Hoje, a tendência a considerar uma cada vez maior parcela da população trabalhadora como “inimpreável” (a versão moderna, no entender de Castel, dos que eram considerados “inúteis para o mundo”, ou seja, a mão de obra transformada em “supérflua” pela Revolução Industrial), significa que essa população passa a ser vista como um conjunto de indivíduos que não é sequer “explorável”, já que, para sê-lo, teriam que possuir “perícias transformáveis em valores sociais”. Ou seja, um conjunto (crescente) de indivíduos que passam a ser vistos como radicalmente fora (e incapazes de entrar) no mundo produtivo, e, portanto, excluídos, e, portanto, desqualificados enquanto sujeitos possíveis de serem tomados em conta (e muito menos de participar diretamente) em processos de interlocução e negociação social.

6. Da imagem unificadora sobre a classe trabalhadora a uma visão mais complexa através da consideração da sua heterogeneidade e diversidade

Outro traço importante da produção da Sociologia do Trabalho latino-americana nos anos 90 é a mudança na *imagem* da classe trabalhadora que começa a emergir em um número importante de estudos.

Sem dúvida, a primeira grande ruptura com a imagem da classe trabalhadora característica do paradigma originário da Sociologia do Trabalho na região, como tão bem analisado por Paoli, Sader e Telles (1984) e Paoli e Sader (1986), foi deixar de defini-la pelo negativo e começar a pensar na(s) sua(s) (possíveis) positividade(s).

No entanto, o que predomina na produção sociológica dos anos 70/80 continua sendo ainda fundamentalmente uma imagem homogeneizadora da classe trabalhadora: os “personagens” da maioria desses estudos eram trabalhadores urbanos, industriais, masculinos, brancos, adultos. Ou, o que dá no mesmo, trabalhadores sem sexo, sem idade, sem cor. Um dos primeiros e mais importantes passos para começar a modificar essa imagem, e desconstruir essa perspectiva homogeneizada e homogeneizadora, foi a incorporação da perspectiva de gênero nos estudos sobre o processo de trabalho 8.

Esse movimento, sem dúvida, tem-se aprofundado nos anos recentes: começa a afirmar-se, em uma parte importante dos estudos sobre o trabalho, a imagem de um sujeito (ou melhor, de *sujeitos*) muito mais multifacetados, através, principalmente da reafirmação da importância de considerar a dimensão de gênero, assim como da introdução de novas clivagens. A imagem de trabalhador que emerge dessa produção tende a ser, portanto, muito mais complexa e heterogênea que a imagem tradicional. O crescente espaço reservado à discussão sobre o trabalho feminino, às relações de gênero no trabalho, às dimensões de raça e etnia e ao trabalho infante-juvenil são alguns dos exemplos da capacidade de identificar e dar visibilidade a essa complexidade e heterogeneidade (Abramo, Abreu e Leite, 1997).

Mais uma vez isso está fortemente relacionado às transformações concretas que vem ocorrendo no mundo do trabalho: desde fenômenos mais gerais como a tendência de aumento da participação feminina

no mercado de trabalho (Arriagada, 1998) até o reforço de antigas (e a introdução de novas) formas e mecanismos de segmentação e fragmentação (de sexo, raça, etnia, idade, nacionalidade) produzidas pelos atuais processo de reestruturação produtiva.

7. Da dicotomia processo de trabalho (sociologia) vs. mercado de trabalho (economia) a uma maior integração dessas perspectivas

O aprofundamento dos processos de reestruturação, assim como a continuidade dos processos de exclusão social na região, obrigaram os “sociólogos do processo de trabalho”, que haviam se dedicado com tanto afinco à tarefa de desvendar o que ocorria no “âmbito recôndito da produção”(Marx), a lançar o olhar para fora dos muros das (novas) empresas, e encontrar-se com as realidades mais amplas do mercado de trabalho.

Com efeito, a maioria dos estudos realizados sobre a reestruturação e modernização produtiva tendeu a concentrar-se, em um primeiro momento, nas empresas de ponta dos setores de ponta de cada país. De alguma maneira, esse foi um processo natural, compreensível, que respondia a uma necessidade de entender o que de novo se estava produzindo, e que era compartilhada entre sociólogos, economistas, engenheiros de produção e atores sociais.

Natural, mas insuficiente. Mais que isso, de certa forma perigoso, pois propício a fornecer uma imagem muito parcial dos processos de transformação em curso. Efetivamente, tal como alertado por Castillo e Santos (1993), os efeitos virtuosos sobre a produtividade das empresas, o trabalho e os trabalhadores, que podem estar-se produzindo nessas empresas de ponta, frequentemente se relativizam, ou se anulam, se examinamos o que ocorre nos sucessivos níveis das cadeias produtivas nas quais elas se inserem.

Da mesma forma em que nos anos 70/80 havia sido fundamental “lançar o olhar para trás dos muros cinzentos das fábricas”, na expressão de Frederico (1978), para redescobrir a classe trabalhadora para além das estruturas que pareciam determinar um comportamento heterônomo, incapaz de qualquer ação coletiva importante nos quadros da ditadura; para redescobrir a fábrica como espaço político (Castro e Leite, 1993) e a vivência das condições de trabalho como espaço fundamental da construção das suas identidades e subjetividades; para entender a resistência, a rearticulação dos movimentos de trabalhadores e suas novas potencialidades, e isso implicou em uma virada temática e conceitual fundamental da Sociologia do Trabalho na região, passava a ser necessário, agora, fazer um movimento no sentido contrário, ou seja, **lançar o olhar para fora dos muros das (novas) fábricas** e ver como essas duas realidades se articulavam.

O estudo das cadeias produtivas é uma das formas mais importantes, no atual contexto, de promover essa articulação.⁹ Não apenas para entender as bases das novas estratégias de competitividade das empresas, como também para “re-sociologizar a análise”, por meio da recuperação de “todos os atores do drama produtivo”, ou seja, do reencontro do(s) novo(s) sujeito(s) da produção, o “novo trabalhador coletivo” (Castillo, 1994), que, devido à natureza dos processos de reestruturação em curso, também se define agora, frequentemente, muito além dos muros das (novas) empresas.

A elaboração já acumulada da Sociologia do Trabalho latino-americana em torno ao tema das cadeias produtivas¹⁰ permite avançar no sentido de uma análise mais sistêmica dos processos de reestruturação em curso, assim como de seus efeitos sobre o emprego e o trabalho, a partir da consideração de várias dimensões, entre as quais se destacam as seguintes nos estudos até agora realizados:

* as mudanças tecnológicas, organizacionais e na natureza do trabalho que vem ocorrendo no interior dos vários tipos de empresas (e não mais apenas nas de “ponta”) que se articulam ao longo das cadeias;

* como essas mudanças se disseminam ou não ao longo das cadeias (possibilidades e obstáculos para essa disseminação);

* a relação desses processos sobre a natureza e as condições de trabalho e a qualificação de trabalhadores e trabalhadoras ao longo das cadeias;

* as relações interempresas que se estruturam ao longo das cadeias (assimetrias de poder, possibilidades de associatividade, cooperação e assistência técnica, etc);

* as novas institucionalidades e novas formas de “governança” que se estruturam ao longo das cadeias;¹¹

* as novas segmentações da força de trabalho que se produzem e reproduzem ao longo das cadeias a partir da natureza dos processos de reestruturação, do caráter das relações interempresas e das formas de “governança”; apesar de que até agora a dimensão mais trabalhada desses novos processos de segmentação tem sido a de gênero, a abordagem metodológica utilizada permite considerar também as dimensões de raça, etnia, nacionalidade, etc, o que, sem dúvida, enriqueceria muito a análise;

* a visibilização da presença feminina no processo de produção de um determinado bem ou serviço, e como parte do “novo trabalhador coletivo” que se constitui ao longo das cadeias¹²;

* uma visão mais realista sobre as possibilidades de enriquecimento e precarização do trabalho em um determinado tecido produtivo (a partir da consideração das dimensões anteriormente mencionadas);

* possíveis novos espaços e formas de interlocução e negociação entre os atores produtivos (que também não são mais apenas os tradicionais).

Alguns desses estudos vem apontando também a importância de uma outra parceria, bastante promissora, mas que até agora tem sido pouco desenvolvida na sociologia do trabalho latino-americana, qual seja, a relação de todos esses fatores com a dimensão dos *entornos territoriais* e com as *estratégias de desenvolvimento econômico local*.

A problemática do desenvolvimento econômico local (Albuquerque, 1997; Vazquez-Barquero, 1998) também está vinculada à discussão da crise do taylorismo fordismo e dos novos modelos produtivos, em especial aqueles baseados na “especialização flexível” (Piore e Sabel, 1984) e nos distritos industriais (Bagnasco). No entanto, ela configura uma outra vertente de produção teórica, voltada, não principalmente para a questão do trabalho (e nem dos trabalhadores), mas sim para a discussão de outras possíveis fontes de desenvolvimento econômico (entre as quais se enfatiza a importância dos “ativos” sociais e institucionais de um determinado território, tais como a existência de trabalhadores qualificados, de experiências de cooperação e associatividade entre empresas, de governos municipais com políticas inovadoras, de formas de articulação entre o tecido produtivo local e as instituições educacionais, experiências de negociação social entre os atores locais, etc). A outra grande preocupação da literatura sobre o desenvolvimento econômico local é a definição e proposição de estratégias e instrumentos concretos para promover esse tipo de desenvolvimento.

A noção de *território* que está presente nessas formulações não se refere a uma delimitação geográfica ou puramente econômica, mas sim a um *espaço social e institucionalmente organizado*. Nesse sentido, a vinculação dessa tradição com a Sociologia do Trabalho, e em particular a integração dessa noção de território com a perspectiva de análise das cadeias produtivas (que em geral *não está presente* na literatura sobre o desenvolvimento econômico local), pode ser muito fértil. Permite, por exemplo, chegar a uma noção muito mais completa e complexa do tecido produtivo e, portanto, do processo de trabalho em todas as suas dimensões, assim como do “trabalhador coletivo” que se constitui ao longo desses tecidos produtivos. Permite também chamar a atenção para outros elementos, entre os quais se destacam: a) outros atores que se constituem a nível territorial (em especial os governos locais); b) outros espaços de interlocução e negociação (além dos mais tradicionais, tais como a empresa e o setor) e, portanto, de outras possíveis formas de regulação das relações de produção e de trabalho; c) outras institucionalidades e outras dimensões do público (e portanto da política).

No caso do Brasil, a preocupação (incipiente) pela incorporação dessas dimensões (e pela articulação das noções de cadeia produtiva e território), se relaciona, uma vez mais (além do que poderia ser considerado o “movimento próprio” de evolução teórica e conceitual da disciplina, se é que isso existe, em se tratando de uma ciência social), ao fato de que os próprios atores sociais passam a identificar-se e a articular-se nesse espaço. O que poderia ser pensado, nos termos de Lautier (1999), como a configuração de uma nova “demanda social” para os sociólogos e sociólogas do trabalho.¹³

8. Trabalho, sociedade e democracia

Na segunda metade dos anos 90, uma vez mais em compasso com as questões que estavam (estão) postas na ordem do dia nos países da região, a Sociologia do Trabalho latino-americana retoma em parte a discussão mais geral sobre a sociedade, através, por exemplo, da ruptura da dicotomização entre os estudos sobre o processo de trabalho e os mercados de trabalho que havia caracterizado a fase anterior de desenvolvimento da disciplina, e do estabelecimento de novas pontes de diálogo (menos subordinado) com um setor da economia do trabalho. Isso ocorre, como já foi dito, com a incorporação de temas como os da precarização do emprego, das cadeias produtivas, das trajetórias ocupacionais, que vem fertilizar muito o debate e resolver alguns dos impasses da fase anterior.

Por outro lado, evidencia-se outra grande ausência nos estudos do trabalho realizados esse final de século na região: o tema da democracia. Tema esse que esteve muito presente nos estudos da 2ª etapa da trajetória da sociologia do trabalho latino-americana, seja aqueles de caráter mais geral (como os relativos às grandes mobilizações operárias de Contagem e Osasco no Brasil, ou o *Cordobazo*, na Argentina), seja os primeiros estudos sobre o processo de trabalho, que tratavam justamente de elucidar as relações entre o autoritarismo político e o despotismo fabril e as possibilidades de reconstituição dos sujeitos coletivos no quadro das ditaduras militares.

A partir dos primeiros anos da década de 90, seja porque os processos de transição democrática tenham avançado na maioria dos países (instituído outra vez a “normalidade” democrática), seja porque os temas do ajuste e da globalização tenham concentrado nossas atenções (e energias) de maneira tão avassaladora, a verdade é que deixamos de lado o tema da democracia. Como se os novos modelos de empresa tivessem eliminado a dominação e o controle autoritário no interior dos processos de trabalho. Ou como se a questão democrática em termos macro-políticos tivesse sido resolvida definitivamente no Continente (e em cada um de nossos países).

Parece urgente então nesse momento considerar o seguinte problema: se, através do trabalho, o que queremos é pensar a sociedade, qual é o lugar da *questão democrática* na conformação da *questão social*? De que maneira esse tema entra (ou deveria entrar) hoje em dia em nossas preocupações e nossas pesquisas?

Nos anos 70 isso se dava basicamente por duas vias. Em primeiro lugar, através da temática da *dominação vs. resistência* no interior dos processos de trabalho, que, por sua vez, não estava relacionada apenas às características estruturalmente constitutivas da “organização capitalista do trabalho” nos termos colocados pela “labour process theory”,¹⁴ mas estava também muito vinculada a algo mais conjuntural (e talvez mais imediatamente político), ou seja, às formas de exercício de um despotismo fabril possibilitado e exacerbado pelo autoritarismo político então vigente. Em segundo lugar, e muito relacionado ao anterior, buscava-se desvendar as possíveis formas de reconstituição das subjetividades e formas de ação operária e sindical desarticuladas e reprimidas pelas ditaduras militares.

E hoje, em que termos a questão da democracia se faz (ou deveria fazer-se) presente? Tentando dar uma resposta provisória a essa pergunta, poderíamos dizer que, por um lado, a partir de uma questão muito geral (macro política), que talvez pudesse ser colocada nos seguintes termos: se é verdade que o que tem predominado em nossos países, a partir dos processos de ajuste, globalização e dos novos padrões competitivos dominantes a escala internacional tem sido os processos de segmentação e precarização das condições de trabalho, com importantes efeitos em termos do aumento da pobreza e da exclusão social, o que significa isso para as possibilidades de consolidação e estabilização democráticas a longo prazo de nossos países? Em outras palavras: quanta pobreza, quanta exclusão, pode aguentar uma democracia?¹⁵

Por outro lado, poderíamos perguntar-nos se a forma mais específica através da qual a questão democrática se faz presente e se relaciona hoje com o mundo do trabalho não seria outra vez através da questão dos *direitos*, mas numa acepção diferente da que marcava as nossas preocupações nos anos 70. Ou seja: o que parece estar em questão hoje são menos os direitos de organização e expressão, os direitos à

vida e à liberdade (que era o que estava em jogo naquela época). Hoje o tema principal é outro, e num certo sentido talvez até mais básico. *O que está em jogo é o direito ao trabalho*. O direito dos indivíduos de, através do trabalho, garantirem uma inserção social minimamente decente. O direito de, através do trabalho, ter acesso a um mínimo de proteção social, a uma possibilidade de ser parte da sociedade, de ser um membro reconhecido do pacto social que a sustenta.

Não se trata, agora, principalmente de um direito negado pela repressão ou pela polícia política. O principal problema dos sindicatos hoje não é terem os seus dirigentes assassinados, presos ou exilados.¹⁶ O seu principal problema é a fragmentação e destruição das suas bases (através do desemprego, da terceirização selvagem, da subcontratação perversa). O principal problema é o processo de desregulamentação, ou de destituição de direitos, que afeta as bases mesmas da institucionalidade do mercado de trabalho e, a partir daí, da contratualidade social que esteve na origem da sociedade moderna (Castel, 1997; Castro, 1997).

É nesse sentido que podemos dizer que uma das grandes tarefas da Sociologia do Trabalho latino-americana nesse novo século que se abre seria promover a reflexão teórica e a pesquisa empírica que seja capaz de articular a discussão do trabalho com a da configuração da sociedade e da democracia. Isso parece ser fundamental, não apenas no sentido de voltar a tratar de alguns dos temas mais clássicos e caros à nossa disciplina, mas também e fundamentalmente, como uma contribuição importante (e urgente) à necessária reflexão e negociação de uma nova contratualidade que seja socialmente mais inclusiva.

Bibliografía

Abramo, Laís, 1999. “Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo da cadeia produtiva”, in Abramo, L. e Abreu, A., *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*, São Paulo, ALAST.

Abramo, Laís, 1998. “The Sociology of Work in Latin America”, *Work and Occupations*, n 25, Sage Publications.

Abramo, Laís, 1996. “Trabajo, trabajadores y desarrollo económico-social en América Latina”, *Sociología del Trabajo*, Nueva Época, n° 28, outono, Madri, Siglo XXI Editores.

Abramo, Laís e Montero, Cecilia, 1995. “La Sociología del Trabajo en América Latina. Paradigmas teóricos y paradigmas productivos”, *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Ano 1, N° 1, México, ALAST.

Abramo, Laís y Leite, Marcia, 1998. “Novas institucionalidades e novas formas de regulação no mundo do trabalho”, apresentado ao XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, MG, 27 a 31 de outubro de 1998.

Abramo, L. Abreu, A. e Leite, M., “El IIº Congreso Latinoamericano de Sociología del trabajo: Un balance”, *Sociología del Trabajo*, Nueva Época, n° 31, outono, Madri, Siglo XXI Editores.

Abreu, Alice, 1999. “Para além do processo de trabalho: uma agenda de pesquisa para o polo automotivo do Rio de Janeiro”. Apresentado ao Ciclo de Seminários Temáticos Interdisciplinares *Os estudos do trabalho: Novas problemáticas, novas temáticas e novas áreas de pesquisa*, CEBRAP/USP/UNICAMP, São Paulo, 28 de maio de 1999.

Albuquerque, Francisco, 1997. *Desarrollo económico local y distribución del progreso técnico (una respuesta a las exigencias del ajuste estructural)*, Santiago, ILPES.

Arbix, Glauco, 1995. *Uma aposta no futuro*, São Paulo, Scritta.

Arriagada, Irma, 1998. Mitos y realidades del trabajo femenino urbano en América Latina, *Revista de la CEPAL*, n 57, CEPAL, Santiago, Chile.

- Bagnasco, Arnaldo, 1999. "De la Sociología del Trabajo a la sociedad", in Castillo, J.J. (editor) *El trabajo del futuro*, Madri, Editorial Complutense.
- Caruso, Luis Antonio e Pero, Valéria. 1996. "*Trajetórias intersetoriais e trabalhadores desligados da indústria*", Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET.
- Castillo, Juan José (editor) *El trabajo del futuro*, Madri, Editorial Complutense.
- Castillo, Juan José, 1996. "A la búsqueda del trabajo perdido (y de una sociología capaz de encontrarlo)". Apresentado ao Encontro Mundial de Estudos do Trabalho, Universidade de Porto Rico, Mayaguez, fevereiro.
- Castillo, Juan José, 1994. "De qué postfordismo me hablas?" *Sociología del Trabajo*, Nueva Época, nº 21, Primavera, Madri, SigloVeintiuno Editores.
- Castillo, J.J. e Santos, M, 1993. "La calificación del trabajo y los distritos industriales", en *Economía y Sociología del Trabajo*, N° 21/22, setembro-dezembro, Madri, Ministério do Trabalho e Seguridade Social.
- Castel, Robert, 1997. *La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado*. Paidós.
- Castro, Nadya, 1998. "Bringing time back into longitudinal analysis and new Hypotesis on workers mobility under adjustment conditions", apresentado à ISA (International Sociology Association), maio de 1998.
- Castro, Nadya, 1997. "Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade", en *Flexibilidade, empregabilidade e direitos, São Paulo em Perspectiva*, Vol 11, n 1, São Paulo, Fundação SEADE.
- Castro, Nadya e Leite, Márcia (editoras), 1999. "Uma nova trama produtiva?" *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo* Ano 6, n 6, São Paulo, ALAST.
- Castro, Nadya e Leite, Márcia, 1994. "A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações", *BIB* N° 37, 2º semestre, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS .
- De la Garza, Enrique, (editor) 1996, "Redes y regiones: una nueva configuración", *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Ano 2, n 3, Cidade do México, ALAST.
- De la Garza, Enrique, 1999. "Fin del trabajo o trabajo sin fin?", in Castillo, J.J. (editor) *El trabajo del futuro*, Madri, Editorial Complutense.
- Díaz, Alvaro, 1993. "Industria y especialización flexible en América Latina Apuntes para la discusión, SSRC Workshop *Industrial Governance and Labor Flexibility in Comparative Perspective*, Nova York, setembro.
- Frederico, Celso, 1978. *Consciência operária no Brasil*, São Paulo, Atica.
- Gallart, Maria Antonia e Novick, Marta (editoras), 1997. *Competitividad, redes productivas y competencias laborales*, CINTERFOR/OIT, Montevideu.
- Githay, Leda, 1999. "Redes e flexibilidade: da mudança das práticas quotidianas a uma nova trama produtiva", texto apresentado ao Ciclo de Seminários Temáticos Interdisciplinares *Os estudos do trabalho: Novas problemáticas, novas temáticas e novas áreas de pesquisa*, CEBRAP/USP/UNICAMP, São Paulo, 28 de maio de 1999.
- Lautier, Bruno, 1999. "Por uma sociologia da heterogeneidade no trabalho", in Heterogeneidades no trabalho, *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 5, número 9, ALAST, São Paulo.
- Leite, Márcia, 1999. "Desenvolvimento econômico local e descentralização na América Latina: A experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil", Projeto CEPAL-GTZ, "Experiencias de desenvolvimento local na América Latina".
- Lopes, Juarez Brandão, 1964. *Sociedade industrial no Brasil*, São Paulo, DIFEL.

- OIT, 1998, *Panorama Laboral* n 5, Lima, OIT.
- Offe, Claus, 1989. “Trabalho como categoria sociológica chave?”, *Capitalismo desorganizado*, C. Offe (ed.), São Paulo, Brasiliense.
- Oliveira, Francisco, 1993. “Quanto melhor, melhor: o acurdo das montadoras”, *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n 36, julho 1993.
- Paoli, Maria Célia e Sader, Eder, 1986. “Sobre clases populares no pensamento sociológico”, in Cardoso, Ruth (org.) *A aventura antropológica*, São Paulo, Brasiliense.
- Paoli, M.C., Sader, E. e Telles, V., 1984. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”, *Revista Brasileira de História*, N° 6.
- Piore Michael e Sabel, Charles, 1984. *The second industrial divide*, Nova York, Basic Books.
- Ramalho, José Ricardo, 1991. “Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate”, *BIB* N° 32, 2° semestre, Rio de Janeiro, ANPOCS/ Relume Dumará.
- Rodrigues, Leôncio Martins, 1970. *Industrialização e atitudes operárias*, São Paulo, Brasiliense.
- Souza-Lobo, Elisabeth, 1992. *A classe operária tem dois sexos*, São Paulo, Brasiliense.
- Touraine, Alain, 1999, “De la antigua a la nueva Sociología del Trabajo”, *Sociologia del Trabajo*, Nueva Época, n 35, invierno 1998/1999, Madri, Siglo Veintiuno Editores.
- Vázquez-Barquero, Antonio, 1988, *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*, Madri, Ed. Pirámide.

Notas

* Apresentado ao Seminário Internacional: “Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI”, organizado pelo GT *Trabajo, sujetos y organizaciones laborales* do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e pela Universidade Autônoma de Aguascalientes, Aguascalientes, México, 7-8 de outubro de 1999.

* Las opiniones expresadas en este documento son de exclusiva responsabilidad de la autora y pueden no coincidir con las de la Organización.

1 Com isso queremos dizer que não necessariamente esse debate teórico se desenvolve apenas no interior da Sociologia do Trabalho. Quase sempre ele se dá no contexto da influencia ou mútua interlocução desta seja com seus campos disciplinares afins (sociologia dos movimentos sociais, economia do trabalho, antropologia, história, ciência política, etc), seja com a Sociologia entendida no seu sentido mais amplo, ou com algumas das suas principais bases teóricas constitutivas (entre elas o marxismo e o weberianismo).

2 Ver debate a respeito em Castillo, 1999.

3 Ver discussão a respeito em Gitahy, 1999.

4 Apenas como um dos indicadores desse crescimento, queremos assinalar que foram recebidos, pela Comissão Organizadora do IIIo Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho (ALAST), que será realizado em maio do ano 2000 em Buenos Aires, um total de 473 *abstracts*. Isso representa uma progressão geométrica em relação aos dois Congressos anteriores, realizados respectivamente na Cidade do México em novembro de 1993 e em Águas de Lindóia, Brasil, em dezembro de 1996 (nos quais o número e a qualidade dos trabalhos apresentados já havia sido também surpreendente). Por área temática esses 473 *abstracts* se distribuem da seguinte maneira: 144 em *mercados de trabalho*, 128 em *educação e trabalho*, 124 em *tecnologia, organização e processo de trabalho* e 77 em *relações de trabalho*. Desse total, 422 são provenientes de 11 países latinoamericanos (com uma grande concentração em 3 deles: Brasil – 181 -, Argentina –

161 e México – 77); as demais provem de 5 países europeus (29), Canadá (7), Estados Unidos (12), África do Sul (1) e Ucrânia (2). O número de propostas vindas de países de fora da América Latina pode ser considerado como um indicador da crescente capacidade de interlocução internacional da Sociologia do Trabalho latino-americana, que, sem dúvida, não é um movimento de via única, ou seja, no sentido de apenas receber a influência internacional, mas também no de influenciar o debate que se trava em instâncias internacionais (ver as considerações de Lautier, 1999, a respeito dos possíveis “ensianmentos” da Sociologia do Trabalho do “Sul” à Sociologia do Trabalho do “Norte”). Além disso, a Comissão sobre Trabalho tem se caracterizado como o grupo mais dinâmico dos tres últimos Congressos da ALAS (Associação Latino-americana de Sociologia), realizados respectivamente na Cidade do México em outubro de 1995, em São Paulo em setembro de 1997 e em Concepción, Chile, em outubro de 1999.

5 Como também já foi sugerido/proposto há algum tempo (Díaz, 1993).

6 Conjunto que, segundo a definição da OIT, conformaria o “setor informal urbano”.

7 Não é o objetivo desse texto discutir em profundidade esse tema. Ver, a respeito, o excelente artigo de De la Garza, 1999.

8 Ver, entre outros, Souza-Lobo, 1992.

9 Mais recentemente, uma nova tendência de estudo das “trajetórias ocupacionais” vem se revelando como uma via muito fértil para a promoção dessa articulação. Ver entre outros, Castro (1998) e Caruso e Pero (1996).

10 Ver, entre outros, Gallart e Novick (1997), os números 3 e 6 da Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho (*Redes y regiones: una nueva configuración y Uma nova trama produtiva*) e os *papers* apresentados no Seminário *Os estudos do trabalho: Novas problemáticas, novas temáticas e novas áreas de pesquisa*, CEBRAP/USP/UNICAMP, São Paulo, 28 de maio de 1999.

11 Ver, a respeito, Abreu, 1999.

12 Ver, a esse respeito, Abramo, 1999.

13 Ver discussão a respeito da ação sindical a nível das cadeias produtivas e territórios em Arbix (1995), Oliveira (1993), Cardoso e Comin, Castro (1997), Abramo e Leite, 1998 e Leite, 1999. Nesses trabalhos, os citados autores tratam de analisar as experiências de constituição, em primeiro lugar, da Câmara Setorial da Indústria Automotiva e dos acordos que a ela se seguiram (1992-1993), que se caracteriza pela constituição de um espaço de interlocução e negociação social tripartite, definido não mais apenas em termos de empresa ou categoria (como havia sido a tônica dos anos 80), mas de cadeia produtiva; e, em segundo lugar, da Câmara Regional do Grande ABC, na qual a noção de território vem se somar a de cadeia produtiva, e a experiência de interlocução, negociação e construção de institucionalidades se expande a um multipartismo que, além dos 3 atores tradicionais das relações de trabalho, incorpora também outros, tais como as prefeituras (governos municipais), organizações da sociedade civil, instituições educacionais, etc.

14 Ver discussão a respeito em Ramalho, 1991.

15 Ou, nos termos de Castel (1997): o que pode significar uma definição de eficiência econômica e de “perícia social” que implica colocar “fora do jogo” 10, 20, 30% ou mais da população? Nessas circunstâncias, pode-se continuar falando que pertencemos a um mesmo conjunto social? Qual é o umbral de tolerância de uma sociedade democrática a esse nível de exclusão social (ou “invalidação social”, termo preferido por esse autor)? O que seria possível fazer para reintroduzir no jogo social essas populações “invalidadas” pela conjuntura, e por fim a uma hemorragia de “desafiliação” que ameaça com deixar exangue todo o corpo social?

16 Não quer dizer que esses problemas tenham sido totalmente superados no nosso Continente, como o indicam, por exemplo, os assassinatos de dirigentes sindicais na Colômbia ou nas zonas rurais do Brasil.